

# O AÇO DA

# AMAZÔNIA

Dentro das fundações que sustentam a nova arena de Manaus, os vergalhões trazem a marca do desmatamento na floresta ao seu redor. Esta é a história de como carvão ilegal feito no Pará e em Goiás transformou-se em metal e acabou no palco de quatro improváveis jogos da Copa do Mundo.

*por Tulio Kruse*



Universidade Federal  
de Santa Catarina

Centro de Comunicação e Expressão

Departamento de Jornalismo

Trabalho de Conclusão de Curso

Reportagem, edição e fotos:  
Tulio Kruse de Moraes

Orientação:  
Rogério Christofolletti

Foto de capa:  
Chico Batata/ AGECOM-AM

Imagens de satélite:  
Mapbox Inc. (pág. 5)  
Google Maps (pág. 6)

Impressão: InPrima Soluções Gráficas

Florianópolis, 2014

# O GESTOR

Miguel Capobianco Neto queria transformar Manaus em “capital sustentável” da Copa do Mundo



Sentado entre sua mesa de trabalho e um retrato sorridente do então governador Omar Aziz na parede, o homem responsável pela preparação do Amazonas para a Copa do Mundo despeja um olhar cansado sobre a tela do notebook. A testa suada abaixo da franja grisalha, as olheiras atrás dos óculos de leitura, a posição curvada dentro da camisa amassada, tudo em seu corpo dá a impressão de cansaço. No braço direito uma velha pulseira eletrônica, com um botão branco de borracha que já começa a falhar por mau contato, mede sua atividade física. Hoje, está acima da média: 3.365 calorias gastas até as oito horas da noite. Por três anos e meio, Miguel Capobianco Neto foi responsável pela Unidade Gestora do Projeto Copa, ou UGP Copa, uma secretaria do governo estadual feita para supervisionar a preparação de Manaus para os jogos da FIFA. Quando o governador lhe chamou para uma conversa e fez o convite para comandar a Unidade, em 23 de dezembro de 2010, ele não fazia ideia dos problemas que o aguardavam.

Dentro do quartel-general que a UGP Copa montou no prédio da Secretaria de Planejamento do Amazonas, as luzes estão acesas e os rostos fechados nesta noite de sexta-feira. Capobianco lê o texto que seu assessor de imprensa aponta no notebook. É uma notícia que repercute o comentário do coordenador ao explicar a morte de um operário em dezembro de 2013. “Eu não disse isso, não”, reage o chefe, voltando os olhos para o rosto preocupado do assessor. Começa uma discussão sobre o que foi dito na coletiva de imprensa e se a frase fora ou não tirada de contexto. “O que eu falei foi o seguinte: os dois estavam usando equipamento de segurança. Agora, por que [o equipamento] não estava instalado, eu não tenho como dizer.”

Uma nota de esclarecimento seria inteiramente redigida e descartada em menos de uma hora. Eric Gamboa, o assessor, entraria novamente esbaforido na sala: “A Lúcia recomendou não mandar [a nota de esclarecimento]. Muito, muito, muito não mandar”, diria sob o olhar arregalado do chefe. Gamboa se referia a Lucia Carla Gama, secretária de Comunicação do governo estadual. “É que para a imprensa, é foda... A gente está confirmando que foi dito, entendeu? Não naquele contexto, mas... Vai render uma outra matéria.” Capobianco fez que sim com a cabeça e assistiu o funcionário desaparecer pela porta. A essa altura, os jornais se ocupavam de problemas em outras obras que poderiam ter acidentes fatais, enquanto o Ministério Público do Trabalho estudava abrir mais processos contra as construtoras. Com os trabalhos no estádio a poucas semanas do fim, a UGP Copa se preocupava menos com qualquer atraso do que com a repercussão negativa que o evento poderia ter.

Era fim de janeiro de 2014 e em exatamente 20 semanas teria início o maior campeonato de futebol do planeta, do qual Manaus seria uma das sedes. O governo estadual corria contra o tempo para aprontar a ci-

dade. Justamente naquela penúltima semana de janeiro, obras no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes e na construção de um centro de treinamento estavam interditadas. O Ministério Público do Trabalho havia impedido que operários trabalhassem em grandes alturas por falta de equipamento de segurança nos dois locais.

“Eu não tinha noção do tamanho que era organizar uma Copa do Mundo,” diria Capobiango com o semblante sério, sentado na poltrona de onde comandava os passos do evento no Amazonas. Até ali, estavam incompletas todas as quatro intervenções previstas na Matriz de Responsabilidades, um compromisso entre os governos federal, estadual e municipal para implementar “medidas conjuntas e projetos imprescindíveis” para a realização do torneio. Apenas um destes projetos imprescindíveis ficaria completo a tempo do mundial.

### O estádio que desmata

Após quatro anos de construção e ao custo de R\$ 669,5 milhões, a Arena da Amazônia foi a obra que mais vitimou trabalhadores entre os campos erguidos ou reformados para o evento, junto com a Arena Corinthians. Três operários morreram em cada uma. Foi naquele gramado de Manaus que, em 14 de junho, a Itália bateu a Inglaterra por 2 a 1 na primeira partida da Copa em terras amazonenses. Com sol forte e calor de 30°C, foi o primeiro jogo com parada técnica para hidratação dos jogadores. Ali aconteceriam outras três partidas do torneio internacional.

Antes disso, a inauguração em 9 de março trouxe um clássico regional. O clube mais popular do Amazonas, Nacional, enfrentava o Remo, do Pará. Empataram em 2 a 2. Seguiram-se cinco jogos na Arena até o começo da Copa do

Mundo em que o público variou de parcos 3 mil, quando o Nacional jogou contra o gaúcho São Luiz, até 35 mil pessoas na partida em que o mesmo time amazonense enfrentou o Corinthians.

Após o três a zero que a Suíça marcou em cima de Honduras em 25 de junho, na última rodada da fase de grupos da Copa, o estádio demoraria um mês e três semanas para sediar um jogo novamente. Na imprensa, circulavam especulações de que se tornaria um elefante branco, um investimento enorme que permaneceria quase sem uso.

Manaus não foi escolhida por acaso. A capital amazonense foi identificada como a cidade com maior potencial para ser expoente da chamada “Copa Verde”, nome adotado para vender a ideia de que a competição é organizada sob princípios de sustentabilidade. “Manaus é tida como a capital sustentável da Copa entre as 12 cidades-sede e vamos corresponder com a expectativa”, garantiu Capobiango em nota no site oficial do governo estadual.

“A Copa do Mundo da FIFA 2014 será lembrada não só como um fantástico torneio de futebol, mas pelo seu legado ambiental e social duradouro. Isso exige a participação de todas as partes envolvidas, desde o torcedor até as construtoras”, defendeu o diretor de responsabilidade social da FIFA, Federico Addiechi, durante a conferência conferência Rio+20 em 19 de junho de 2012. Addiechi aproveitou a oportunidade para apresentar suas estratégias de sustentabilidade, os “estádios verdes” como carro-chefe. A entidade tenta emplacar a defesa do meio ambiente nas intervenções que faz ao redor do planeta desde 2006, quando a Alemanha sediou a competição. Um programa foi criado pela federação para cuidar especificamente disso,

o Green Goal, que tem o principal objetivo de reduzir a emissão de gás carbônico em eventos associados à entidade. Em Manaus, não foi o suficiente para garantir que o estádio estivesse livre de crimes ambientais e da violação de direitos humanos na produção de carvão e aço.

O estádio erguido no coração da floresta ajudou a destruí-la, e ajudou a destruir também outros biomas brasileiros. Cinco toneladas e meia de aço estão nas bases profundas da Arena, em compridos vergalhões debaixo do concreto das arquibancadas, pilares e grades que cercam os estádios. Elas carregam a marca do desmatamento no maior patrimônio ambiental brasileiro e do trabalho escravo no Centro-Oeste. O carvão que abasteceu siderúrgicas e chegou aos palcos da Copa do Mundo na forma de aço nasce nas bordas desmatadas da Amazônia, no sertão do Goiás e em muitos terrenos devastados ao longo do Cerrado brasileiro.

Ao mesmo tempo que o governo do Amazonas busca uma certificação internacional de sustentabilidade para a Arena, o Leadership in Energy and Environmental Design (LEED), críticas a esse certificado partem do Conselho Brasileiro de Construções Sustentáveis. Para o professor Roberto Lamberts, membro do conselho, a principal imperfeição do selo seria levar em conta apenas o projeto e as declarações ambientais, sem fiscalizar a execução da obra propriamente dita.

É justamente na declarações ambientais apresentadas à construtora Andrade Gutierrez que se encontra a prova do crime. Ali estão nomes de siderúrgicas que recebem carvão vegetal ilegal. Uma simples consulta aos endereços embargados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o Ibama, mostraria o problema.

# O AÇO DA FLORESTA

Madeira ilegal retirada da Amazônia no Pará virou carvão e foi repassada a uma fornecedora da Arena

Acima, imagem da rodovia Transamazônica mostra as “espinhas de peixe” do desmatamento

**A**s estradas que cortam a floresta, ligando municípios e povoados no interior do Pará, são as linhas que orientam o desmatamento da Amazônia. Quem vê uma foto de satélite da região percebe facilmente as “espinhas de peixe”, que ganharam esse nome pelo desenho que formam no mapa - incontáveis riscos perpendiculares à estrada saindo em direção à mata, deixando o rastro da destruição. À medida em que foram abertas, essas trilhas facilitaram o acesso a terrenos sem dono repletos de madeira. Assim, novas estradas clandestinas mata adentro foram surgindo e mais árvores, derrubadas. Viajar por essa região é uma surpresa para quem espera ver só floresta. São raros os trechos da Transamazônica cercados por mata fechada, pois hoje em dia a paisagem é mais dominada por pastos. Onde existe estrada, existe devastação.

No sul do Pará, de onde partem as espinhas de peixe que se espalham pelo estado inteiro, esse desmatamento está intimamente ligado à siderurgia. As fábricas estão concentradas no distrito industrial de Marabá, que recebe o minério de ferro extraído em Eldorado dos Carajás, a apenas 100 quilômetros de distância. O outro componente essencial dessa indústria é o carvão, que serve como combustível e redutor químico do minério. Não poderia haver coincidência melhor para os negócios:

enquanto uma das maiores minas de ferro do Brasil está bem ali, em Carajás, o carvão vegetal pode ser feito com a madeira da maior floresta tropical do mundo. E não poderia haver combinação pior para o meio ambiente.

Foi para ligar o primeiro forno de siderúrgica que a floresta no entorno de Marabá começou a ser transformada em carvão vegetal, de acordo com o estudo do historiador Maurílio de Abreu Monteiro chamado “Siderurgia e carvoejamento na Amazônia”, elaborado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Em março de 1988, diz o livro de Monteiro, a primeira carga de carvão entrou no pátio da Companhia Siderúrgica do Pará, que já estaria incentivando o desmatamento desde o ano anterior. O desmatamento se concentrava

ao longo da estrada PA-150, entre o distrito industrial de Marabá e a cidade de Jacundá.

É a mesma via que os carvoeiros de Tailândia, localizada 300 quilômetros a norte de Marabá, usaram para transportar seu carvão até a fábrica da Siderúrgica Norte Brasil S.A., a Sinobras, uma das fornecedoras da Copa do Mundo. Entre novembro de 2010 e julho de 2012, quando as fundações que sustentam a Arena da Amazônia estavam sendo preenchidas com o seu aço, a siderúrgica Sinobras recebeu carvão de pelo menos cinco carvoeiros que seriam multados ou teriam seus negócios embargados pelo Ibama. São empresas que fraudavam o sistema de controle do governo para acobertar o desmatamento, e com o seu carvão a Sinobras fabricou os vergalhões de aço que acabariam no estádio.

No caso, as empresas D. A. Pinto e J. S. Comércio e Transporte de Carvão repassavam créditos falsos de madeira entre si. As duas carvoarias forneceram à Sinobras durante o ano de 2012. De acordo com o analista ambiental Roberto José Scarpari, gerente executivo do Ibama em Marabá desde 2007, as empresas eram controladas pela mesma família e simulavam compras de resíduos de madeira no sistema eletrônico. Os resíduos supostamente viriam de madeiras que estão ao longo da Transamazônica, mas o Ibama descobriu que a venda só era feita para acobertar o desmatamento ilegal.

As irregularidades poderiam ter sido descobertas durante as três fiscalizações que o Instituto Carvão Cidadão (ICC), uma entidade criada pelas siderúrgicas para fiscalizar as condições de trabalho de seus fornecedores, fez na carvoaria D. A. Pinto. Vistórias feitas pela própria Sinobras também poderiam ter identificado o

problema. As últimas visitas do ICC aos dois produtores aconteceram em dezembro de 2012, e nada de irregular foi encontrado. Três meses depois, em março de 2013, a D. A. Pinto foi embargada, seguida pela J S Comércio e Transporte em maio.

“Rapaz, aquela Tailândia no Pará é uma terra sem lei. Um cara matou outro homem assim, na nossa frente, sem a menor razão. Depois vi outro estuprar uma menina, no meio mato, que se tivesse nove anos era muito. Nunca mais volto para aquele lugar”, diz Geraldo, um caminhoneiro de 53 anos que trabalha desde os 19. Ele está no meio de uma viagem entre o Pará e Goiás para entregar um carregamento de madeira que serviria para fazer estacas. “Tem muita fumaça lá naquele lugar, em Tailândia. É cheiro de queimada pra tudo quanto é lado. Às vezes você vê a fumaça lá longe e pensa que é chuva, que é neblina, mas não. Quando chega perto dá pra ver que é carvoaria.”

### Fraudes

Há relatos do tipo sobre todas as cidades da região. Outro caso que envolveu a Sinobras foi em Ipixuna do Pará, onde a siderúrgica continuou comprando de uma carvoaria mesmo seis meses após esta ter sido embargada. A Magno Santos & Antonio Almeida Ltda. foi fechada pelo Ibama por vender carvão vegetal sem licença. O embargo aconteceu em 24 de maio de 2012, mas os fornecimentos continuaram até pelo menos novembro do mesmo ano, de acordo com documentos do ICC. Em janeiro de 2014, a Magno Santos & Antonio Almeida foi flagrada fornecendo guia florestal e notas fiscais para acobertar um transporte clandestino apreendido na cidade de Goianésia, no Pará.

O problema passa pela convivên-

cia do governo estadual. A empresa está localizada a menos de três quilômetros de uma vila em Tomé-Açu, o que contraria a Resolução nº25 do Conselho Estadual de Meio Ambiente. É a própria Secretaria do Meio Ambiente do Pará (Sema), no entanto, que justifica a infração da carvoaria. “No relatório de um vistoriador da Sema, constatei a seguinte pérola: ‘que a Vila expandiu rapidamente na direção da Carvoaria.’ O próprio servidor público que está ali para cumprir com a legislação ambiental procura explicação a todo custo para manter o licenciamento, o empreendedor não precisa nem trazer projetos alternativos para a solução da irregularidade,” relata Roberto José Scarpari, gerente do Ibama.

Acomodado em sua escrivaninha no escritório do Ibama de Marabá, Scarpari consegue identificar as fraudes mais comuns dos carvoeiros apenas passando os olhos pela tela do computador. As informações estão no chamado Sisflora, ou Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais. O Sisflora rastreia todas as empresas que trabalham com a madeira e seus derivados no Pará, desde aquela que planta ou extrai a árvore até quem compra para fabricar carvão. A própria empresa digita tudo no sistema: de quem recebe, a quantidade, como é transportada, se são toras ou estão cortadas, e até se sobrou algum resíduo ou material que não foi processado e ficou para estoque. Este resíduo, a madeira não aproveitada, é onde quase sempre mora a fraude. Só foi preciso um pouco de lógica para percebê-la.

Os agentes do Ibama começaram a observar que o Sisflora registrava vendas entre cidades muito distantes e em quantidades enormes. Transportes que levariam dias para serem feitos,



Imagem de satélite mostra a carvoaria J S Comércio e Transportes, no Para; abaixo, os registros de autuação e embargo da empresa



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA  
 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
 DIRETORIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

**Relatório de Autuações Ambientais**

Infração	Data Infração	Estado	Município	CNPJ/CPF	Nome Autuado	Nº A.I.	Valor Multa	Nº Processo	Status Débito
Flora	22/03/2013	PARA	TAILANDIA	05.967.847/0001-63	J. S. COMÉRCIO E TRANSPORTE DE CARVÃO LTDA	641600	901,764.00	02047.000101/2013-01	Análise admis/mérito de impugnação/defesa
Cadastro Técnico Federal	22/03/2013	PARA	TAILANDIA	05.967.847/0001-63	J. S. COMÉRCIO E TRANSPORTE DE CARVÃO LTDA	641174	100,000.00	02047.000114/2013-71	Análise admis/mérito de impugnação/defesa

Nome ou Razão Social	CPF ou CNPJ	Localização do Imóvel	UF	Município	Julgamento	Infração
J. S. COMÉRCIO E TRANSPORTE DE CARVÃO LTDA	05.967.847/0001-63	COORD, 02°54'44,5" / 40°00'57,7" - PÁTIO DA SERRARIA.	PA	TAILANDIA	Pendente de Julgamento	Vender, expor à venda, ter em depósito, transportar ou guardar madeira, lenha, carvão ou outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente ou em desacordo com a obtida.
J. S. COMÉRCIO E TRANSPORTE DE CARVÃO LTDA	05.967.847/0001-63	RODOVIA PA-150, KM-128, VICINAL MOJU MIRIM, KM-6, TAILÂNDIA/PA	PA	TAILANDIA	Pendente de Julgamento	Infração da Flora(Não Classificada-Móvel)

que exigiriam três ou quatro caminhões, eram completados em questão de segundos. No sistema, apareciam carvoarias comprando resíduos, quando na verdade era um transporte falso, que nunca aconteceria. Descobriu-se que a madeira real era vendida ou repassada ali por perto, na região da madeireira, enquanto o Sisflora era usado apenas para o crédito virtual. Assim o comprador poderia dizer que tinha fabricado o carvão dentro da lei com o resíduo, quando na verdade era madeira de desmatamento.

Até 2011, o problema era tão explícito que a conta de muitas siderúrgicas de Marabá simplesmente não fechava. Comparando a produção das empresas com o volume de carvão necessário para produzir o ferro gusa, Scarpari concluiu que simplesmente não havia carvão disponível no mercado formal que pudesse abastecer a siderurgia na região, ou seja, as fábricas nunca poderiam produzir tanto sem o carvão clandestino. “Quando eu falei isso [aos empresários], aí sim a coisa mudou. Aí, eles começaram a levar mais a sério”, conta o analista ambiental.

### **Desmatamento histórico**

É difícil dizer se o meio ambiente é realmente levado mais a sério hoje em dia, em termos práticos. Houve queda nas taxas de desmatamento da Amazônia Legal desde 2004, cerca de 73% em cinco anos, mas elas voltaram a crescer em 2013. O carvão faz parte dessa história. Um estudo feito pela ONG Repórter Brasil em 2012 estimou que cerca de 60% do carvão vegetal produzido no Brasil ainda é feito com floresta nativa, onde quase tudo é extraído ilegalmente. De acordo com o estudo, os manejos sustentáveis de florestas correspondem a menos de 1% da produção de carvão com árvores

nativas.

Houve avanços. Com a sofisticação do sistema de monitoramento, hoje é possível identificar as fraudes sem sair da cadeira. De olhos treinados, Scarpari revisa transações de carvoarias que passam rapidamente na tela do computador, flagrando quando o volume é grande demais para ser transportado ou as cidades muito distantes. Nas tabelas do Sisflora, sempre que um valor destoava do padrão há motivo para desconfiar.

Se hoje as siderúrgicas de Marabá estão se ajustando à lei e investindo em florestas de eucalipto, o fato de o Ibama regional ter um fiscal implacável fez com que elas entrassem na linha mais rápido. Scarpari deu início a um intenso combate ao “milagre da multiplicação” de madeira, que nada mais é do que uma fraude. Nos relatórios técnicos que o Ibama recebia, apareciam valores absurdos mostrando um volume de carvão produzido maior do que o volume que entrava na queima. Claramente havia madeira ilegal que só entrava na conta do resultado. Ele devolvia relatórios, mandava refazer, e multava se pudesse provar que havia fraude. Por essas e outras, foi acusado de perseguição. “Ué, persigo mesmo. Persigo os infratores. Não é esse o meu trabalho?”, ele respondia.

De acordo com o próprio fiscal, a Sinobras é, entre as três empresas em atividade hoje no pólo siderúrgico de Marabá, a que mais se esforça para se tornar autosustentável. Mesmo assim, carvoarias ilegais ainda conseguem contaminar sua cadeia produtiva. “Isso acontece porque o produtor fica implorando para os outros: ‘Compre meu carvão, compre meu carvão,’ até alguém dizer ‘tá bom’ e acobertar para ele,” explica. “É responsabilidade da empresa fiscalizar. Sempre que nós pegamos

alguma coisa da Sinobras é um mau sinal.”

De julho de 2010 a setembro de 2011, a Sinobras já havia recebido carvão ilegal por meio de uma fornecedora que acorbetava a produção da Campos Belo, empresa que estava na lista de embargos do Ibama. Essa informação foi revelada em uma pesquisa feita pela ONG Repórter Brasil e pela Papel Social Comunicação. O que não se sabia era que ao mesmo tempo a Sinobras estava fornecendo aço para a Arena Amazônia, informação confirmada por UGP Copa e construtora Andrade Gutierrez.

Durante os dez dias em que esta reportagem foi feita em Marabá, em fevereiro de 2014, a Sinobras recebeu ligações diárias com pedidos para uma entrevista com representantes da empresa. A entrevista nunca aconteceu e numa quarta-feira, 26 de fevereiro, o repórter seguiu viagem sem um depoimento da Sinobras sobre o caso. Após receber por email a lista dos fornecedores que haviam cometido infrações, a Sinobras resolveu que iria dar uma resposta.

Treze dias depois, em 11 de março, a empresa declarou por e-mail que as situações em que os produtores são autuados não concluem prontamente que sejam irregulares. Não houve resposta sobre casos em que houve embargo de seus fornecedores. Sobre o problema apontado no relatório elaborado pela Repórter Brasil e pela Papel Social Comunicação, a empresa respondeu diretamente aos responsáveis pelo estudo e diz que não cometeu crime ambiental.

O fato é que os vergalhões de aço da Sinobras viajaram de Marabá até o porto Chibatão em Manaus para serem recebidos e transportados 11 quilômetros ao norte, para a Arena da Amazônia. Ali, novos problemas e tragédias iriam se instalar.



# ONDE NASCE O CARVÃO

Fornecedoras de siderúrgicas em Minas, carvoarias em Goiás têm trabalho análogo à escravidão

**N**o inverno do Cerrado, a grama é amarela e das árvores caem pequenas folhas. É um tom de palha com cinza no gramado que preenche os canteiros entre as seis pistas de asfalto no eixo principal de Nova Crixás, município do noroeste goiano. Ali, entre lojas de material para construção, restaurantes de comida caseira, pedaços de terra cor ferrugem e debaixo de sol intenso, passa a rodovia GO-164, onde o menor dos ruídos é capaz de se propagar a quilômetros de distância - de modo que ao meio-dia, quando não há alma viva pela rua, escuta-se numa ponta da estrada o motor do caminhão que vem entrando pelo lado oposto da cidade.

Ao anoitecer, em frente a um posto de gasolina, o caminhoneiro dá as costas para o balcão com um copo de pinga na mão esquerda e uma garrafa de cerveja na direita. Senta-se numa mesa comprida de madeira e vira a cachaça toda num gole, para passar a tomar o resto da outra bebida sem pressa. Geraldo é natural de Santa Luzia em Minas Gerais. Ele teve seu nome verdadeiro protegido para preservar sua segurança. Por muitos anos Geraldo transportou aço e ferro gusa no seu estado, principalmente a serviço da siderúrgica Alterosa, que vende sua produção para diversas fábricas da Gerdau. “Olha, meu chefe trabalha com carvão. Trabalha só com pinus, planta um

monte dessa árvore. Mas às vezes tem um Cerrado naquele terreno ali do lado, um pouco de mata naquele outro... Aí, eles desmatam e de noite trazem tudo para o forno e fazem o carvão. Carvoaria trabalha sempre à noite. Até as seis da manhã os caminhões carregados saem todos,” ele conta. No posto, há cinco caminhões com carga e dois desatracados no estacionamento. Quando escurece, há realmente algo diferente no ar. “Olha, aqui por perto tem carvoaria. É só sentir o cheiro.”

A região de Nova Crixás foi por alguns anos fornecedora de grandes quantidades de carvão para os pólos siderúrgicos de Minas Gerais, onde estão instalados fornecedores da Arena da Amazônia. Mais de 100 mil toneladas eram produzidas anualmente em Goiás até 2010, sendo que as regiões Norte e Noroeste do estado eram responsáveis por cerca de 25% desse volume.

Em julho de 2011, a obra na



Na região noroeste de Goiás, onde está Nova Crixás, mais de 100 pessoas já foram libertadas de carvoarias

Arena da Amazônia já estava adiantada se comparada a outros estádios. As fundações no solo estavam concluídas e as arquibancadas de concreto começavam a ser erguidas. Enquanto isso, cerca de 70 pessoas eram libertadas em carvoarias aqui e em seis cidades vizinhas. Os trabalhadores, entre eles cinco mulheres e cinco menores de idade, estavam distribuídos em 11 fazendas da região administradas por Francisco Braz Cavalcante e sua família. Eram levados em ônibus fretados de Paracatu e Mirabela, cidades de Minas Gerais. No sertão goiano, foram encontrados em barracos sem banheiro, sem encanamento de água, trabalhando sem equipamentos de proteção e sob ameaças, segundo consta num relatório do Ministério do Trabalho.

## *OS PRODUTORES ESTÃO FUGINDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E O MERCADO GOIANO ESTÁ ESFRIANDO. O DESTINO: TOCANTINS*

Este é um trecho do documento: “Então, o trabalhador cobrou o salário devido pelos 48 (quarenta e oito) dias de trabalho. Após receber a cobrança, o Sr. Nenzico teria aberto uma bolsa e dito: ‘espera aí Baiano que vou te dar o seu dinheiro’. Então, como o trabalhador já sabia que Nenzico possuía uma arma, saiu correndo rumo a uma estrada que dá acesso à porteira de saída da fazenda. Logo em seguida, o trabalhador teria ouvido 03 (três) disparos e o Sr. Nenzico dizendo: ‘vem cá, Baiano, vem buscar o seu dinheiro!’”

Após a operação que fechou estas carvoarias, o Ministério do Trabalho obrigou que uma indenização a estes trabalhadores fosse

paga pelos antigos empregadores. O órgão também mandou alguns carvoeiros de volta para suas cidades, mas outros preferiram ficar.

Na feira de domingo que acontece sob um galpão na cidade de Santa Terezinha de Goiás, a 70km de Nova Crixás, é possível encontrar alguns carvoeiros descansando à mesa do bar. Às 10h, Gilson acabou de sair do trabalho na carvoaria trazendo mãos rachadas, as unhas pretas em todos os cantos. Ele é um dos trabalhadores resgatados na operação de 2011 e portanto não teve seu nome verdadeiro divulgado. Apesar de ser mineiro, resolveu ficar no norte de Goiás e continuar trabalhando em carvoarias. “Meu patrão me trouxe aqui e me deixou, foi para outro lugar. Eu acabei ficando, tinha mulher e três filhos aqui. Não

tinha condição de seguir com os caras. Agora, o trabalhador que é solteiro acaba indo,” ele explica. Um relatório do Ministério mostra que Gilson tinha direito a R\$ 34 mil de verba rescisória pelo trabalho degradante que fazia, mas recebeu apenas R\$ 3,7 mil da família Cavalcante. Enquanto toma um caldo de mocotó e fala sobre seu emprego, é observado pela esposa e por colegas da carvoaria.

Gilson é o primeiro a dizer que seu serviço “é ruim e faz muito mal pro ambiente, derruba árvore que não pode.” Ele está especialmente insatisfeito com as condições de segurança no trabalho, que faz sem os equipamentos de proteção individual exigidos por lei. As con-

dições de trabalho teriam melhorado por alguns meses após a operação do Ministério do Trabalho em 2011, de acordo com o carvoeiro, mas hoje em dia já estariam iguais à situação de antes. São 15 fornos na carvoaria em que ele trabalha hoje, e oito pessoas para abastecê-los. Anos atrás, os trabalhadores eram trazidos para fazer trabalhos específicos na carvoaria. Hoje todos participam de todas as etapas, da construção do forno ao carregamento do caminhão, o que é muito mais desgastante. A maioria dos trabalhadores foi embora. Os produtores estão fugindo da fiscalização intensa do Ministério Público no estado e o mercado de carvão goiano está, conseqüentemente, esfriando. Gilson está distribuindo currículos para começar a trabalhar em construção civil, sem sorte até agora. “Posso perder um dedo amanhã no serviço que não vou ganhar nada. Não tem carteira assinada, não tem direito nenhum.”

Os maiores problemas nesse ramo, segundo o vereador e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Crixás, João Batista de Queiroz, são a alimentação e os alojamentos. “Não existe carvoaria que faz um trabalho dez, é mentira. Você trabalha fazendo serviço como cavalo. E [o trabalho] mata mesmo, porque respira fumaça o dia inteiro,” relata o sindicalista. Queiroz já teve carvoarias no assentamento para onde se mudou há 14 anos, e diz que alcoólatras e viciados em outras drogas são mais comuns nesse meio do que entre agricultores de outras atividades. Essa seria uma das razões que os afasta da representação sindical. “O peão de carvoaria é com quem a gente menos conversa. Ele não procura a gente. O cara sabe dos direitos dele, ele conhece CLT [Consolidação das Leis do Trabalho], mas

acha que não vale a pena.”

### Primeiro passo

Eram tempos de reconstrução no Brasil. A Seleção tornara-se tetracampeã mundial após 24 anos de jejum, o governo de Fernando Henrique Cardoso fazia seu primeiro ano consolidando a redemocratização lenta e traumática do país. Em 1995, foi criado um instrumento que se mostraria fundamental no combate à chamada escravidão moderna, após décadas de negligência nas políticas sociais.

O Grupo de Fiscalização Móvel, uma força de intervenção centralizada em Brasília com autonomia para ir a qualquer ponto do território nacional, reuniu oficiais da Polícia Federal, Ministério Público e Procuradorias Regionais do Trabalho sob a tutela do Ministério do Trabalho e Emprego. Investigação e fiscalização de condições análogas à de escravo seriam agora responsabilidade destas entidades e nunca mais estariam submetidas aos governos estaduais. “É a iniciativa que muda tudo,” opina o coordenador nacional das campanhas de combate ao trabalho escravo na Comissão Pastoral da Terra (CPT), frei Xavier Plassat.

O francês Plassat vive no Tocantins há 25 anos, todos dedicados à CPT. Morando no Bico do Papagaio, extremo norte do estado, o frei começou a ouvir falar sobre a escravidão por dívida através dos relatos de trabalhadores que vinham do Pará. Para outros eclesiásticos, não era novidade. A Igreja no Brasil começou a denunciar estes problemas no interior do Pará já na década de 1970, inclusive acionando autoridades. Os protestos teriam sido ignorados pelo governo militar, diz o padre

“Durante esses 25 anos de negociação, a CPT usou como estra-



Fumaça se espalha pelo céu do município de Nova Crixás, a 370 quilômetros de Goiânia

tégia de alertar as organizações internacionais das quais o Brasil é membro e das quais, por convenção, por tratado, ele tem de respeitar as mínimas regras,” relembra o frei, citando dossiês elaborados pela entidade e apresentados à Organização Internacional do Trabalho, Organização dos Estados Americanos e no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. “Houve gradualmente um cerco que se fez em torno do Brasil de pressão, pedido de explicação e tudo o mais.”

Por cinco anos a partir de sua criação, o Grupo de Fiscalização Móvel trabalhou em “marcha lenta”, como descreve Plassat, até chegar o ano de 2001, quando o número de trabalhadores resgatados mais que dobrou em relação ao ano anterior. Fernando Henrique então convocou em 2002 uma comissão especial para elaborar o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, sancionado no ano seguinte por Luiz Inácio Lula da Silva. As operações do Grupo Móvel cresceram exponencial-

mente. Entre 2005 e 2010, foram libertadas em média 5 mil pessoas por ano, mais do que o total de trabalhadores libertados nos primeiros seis anos da iniciativa.

A frequência das denúncias de trabalho escravo, tanto na Amazônia Legal como em regiões de Cerrado, diminuiu com o passar desses anos - o que indica, em parte, que as operações foram eficientes e os crimes passaram a ser coibidos. “Isso significa também que existe provavelmente um deslocamento da fronteira agrícola para mais além dessa região lá no interior do Pará e Amazonas, e são regiões onde não temos observatórios. Tem a suspeita de que lá continuam outras formas de exploração”, relata o padre.

Há duas possíveis mudanças nas leis trabalhistas tramitando no Congresso Nacional que limitariam as ações do Ministério do Trabalho e Emprego nessa área. A primeira é o projeto de lei nº 432 de 2013, atualmente sendo analisada no Senado pelo gabinete do relator, Romero Jucá (PMDB-RR).

O projeto define trabalho escravo necessariamente como “forçado, sob ameaça de punição, com uso de coação,” e que proíba o transporte do funcionário em razão de dívidas. Na prática a lei acabaria com o entendimento jurídico da “redução à condição análoga à de escravo” prevista no Código Penal, que leva em conta outros fatores como jornadas exaustivas e condições degradantes em alojamentos e na segurança dos peões.

Além disso, há um intenso debate acontecendo dentro dos poderes Legislativo e Judiciário sobre terceirizações de serviços. Na Câmara dos deputados existe uma proposta que permitiria terceirizar qualquer serviço, inclusive a atividade-fim de empresas. Hoje em dia é possível multar uma siderúrgica que compra carvão ilegal porque a Justiça e os órgãos fiscalizadores defendem que é dever do comprador fiscalizar seus fornecedores. Isso mudaria caso a proposta discutida na Câmara seja aprovada. “Na carvoaria, muitas vezes o caminhão é da siderúrgica, os fornos são da siderúrgica, os técnicos que estão lá controlando são da siderúrgica,” diz Plassat. Os empresários, no entanto, tentam escapar ao dizer que o serviço é terceirizado. “O que está no fim da cadeia se paga no couro do trabalhador. E a terceirização, ela é central nisso.”

### A fuga

Hoje, são duas carvoarias em atividade em Nova Crixás, de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade. Cinco anos atrás, seriam 40. A mata do sertão de Goiás acabou, restando poucas reservas além do trecho que acompanha as margens do rio Araguaia. A maior parte dos carvoeiros saiu do estado em busca de novas florestas, fugindo também das prisões que estavam

sendo feitas. O próprio Francisco Braz Cavalcante, que coordenava a produção clandestina nesta região, está foragido. O número de denúncias por trabalho escravo nas carvoarias de Goiás cai a cada semestre.

“Essa diminuição nas denúncias inclusive tem nos preocupado. Em todas as carvoarias em que nós botamos o pé, havia trabalho escravo”, diz o procurador Antônio Carlos Cavalcante, em sua sala no 9º andar da sede do Ministério Público do Trabalho regional, em Goiânia. O receio é que ainda exista produção clandestina no estado que o poder público não está conseguindo detectar. “Essa é uma atividade escondida. É uma atividade que tem que ficar longe das autoridades, longe de qualquer civilização para ela andar.”

Não há dúvida de que a produção que antes estava no norte de Goiás migrou principalmente para o Tocantins. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, mostram que a produção goiana carvão caiu pela metade de 2010 para 2011 - foi de 111 mil toneladas para 52 mil. No Tocantins, o movimento foi contrário. Disparou de 9,6 mil toneladas, em 2011, para 22,5 mil em 2012, puxado principalmente pela região de Rio Formoso no sul do estado. Ali está Gurupi, cidade que foi citada em todas as entrevistas como o epicentro da produção carvoeira tocantinense. Plassat ouviu rumores sobre a região cerca de quatro anos atrás. Cavalcante afirmou com convicção que os produtores ilegais agora estão lá. O caminhoneiro Geraldo diz que é pelo “Posto Décio”, em Gurupi, que passa o carvão durante a madrugada, onde alguns viajantes também ficam hospedados. O carvoeiro Gilson, afirma que “o pessoal que vende pra Sete Lagoas foi pro norte, pro Tocantins. Dali

sim o carvão vai todo pra Minas Gerais.”

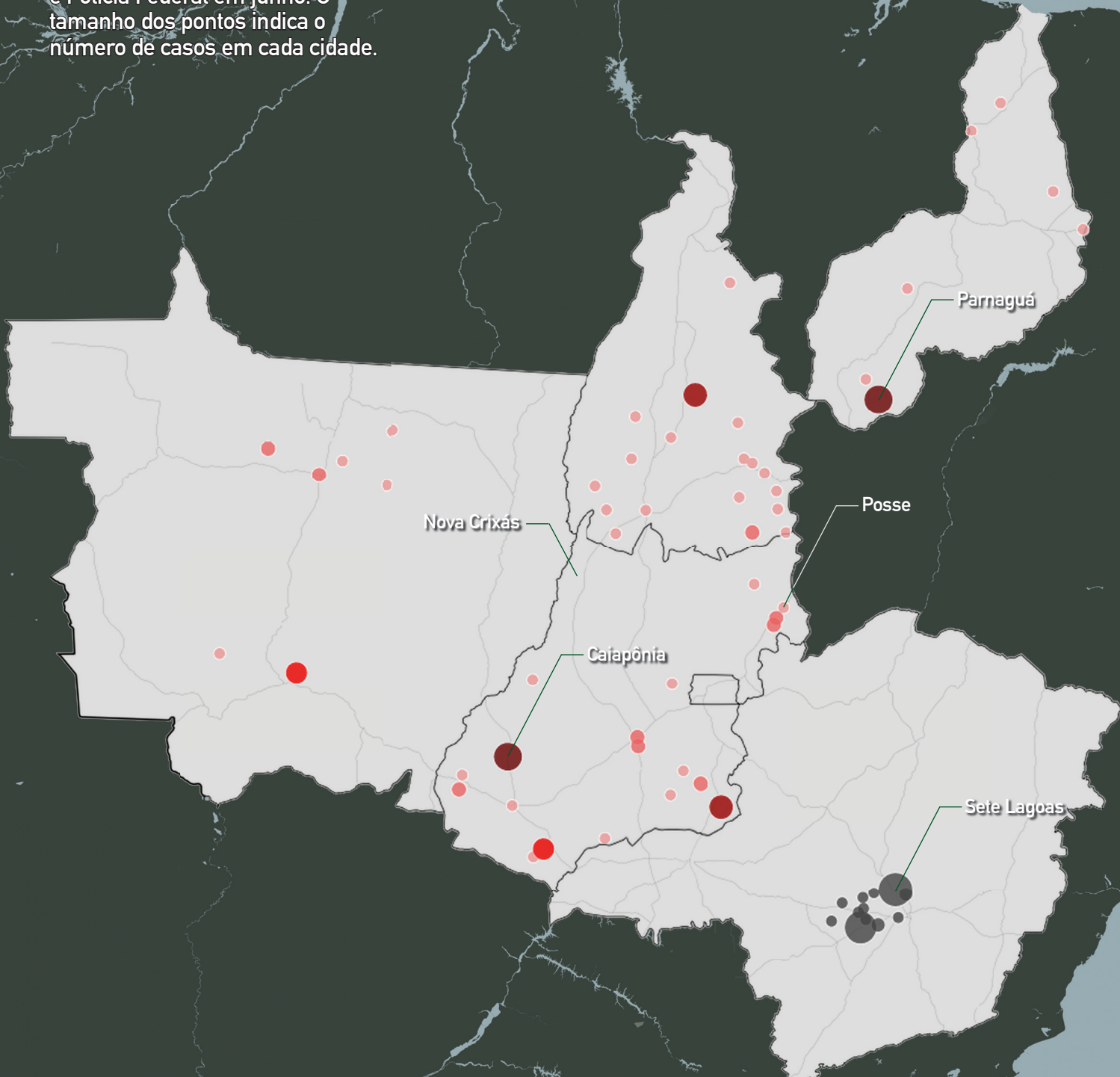
Menos dúvida existe de que siderúrgicas e grandes aciarias ainda recebem no Sudeste o carvão ilegal de outras regiões. Em junho, a operação Metástase, feita numa cooperação entre Ibama, Ministério Público Federal e Polícia Federal, encontrou 89 carvoarias ilegais em Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Bahia, Paraná e Pernambuco. Na mesma operação, 36 siderúrgicas foram autuadas por consumir o carvão ilegal. Todas estão em Minas Gerais.

“Dá só uma chegada para você ver como é o mapa. Rapidão.” Cavalcante levanta da poltrona em um salto e sai caminhando em passos curtos e rápidos ao redor de sua mesa. Dali a pouco, estamos em uma sala anexa diante do mapa de Goiás, com a indicação de todos os municípios e estradas.

“Olha só, aqui... Olha como é o trajeto, vamos lá. Você está ali em Posse. O município que está com a maior incidência é esse aqui, ó.” Ele aponta para o extremo nordeste do estado. “Mambaí. Bem na fronteira. Aqui é Minas Gerais. Minas com Bahia. Então aqui é território de ninguém, porque é fronteira. Um não quer e o outro também não quer. O que acontece? O que nós vimos mais são esses municípios aqui. Iaciara, Guarani e Sítio Novo d’Abadia. É o que está com autorização de desmatamento verificada.” Estamos olhando para a rodovia estadual 108, que passa por todos esses nomes e entra em Minas Gerais pela cidade de Formoso. “Antes, qual era a rota? Nova Crixás ou Porangatu, você cortava pra cá, ó. Cortava em linha reta pra vir pra Minas,” ele desenha nos dedos o caminho que passa pelas rodovias 347 e 249. “Tudo vai dar em Minas, e é tudo asfaltado”, conclui o procurador.

# OPERAÇÃO METÁSTASE, 2014

Abaixo, os locais onde estão confirmadas carvoarias e siderúrgicas multadas na operação feita por Ibama, Ministério Público e Polícia Federal em junho. O tamanho dos pontos indica o número de casos em cada cidade.



# O GUSA MINEIRO

A ligação entre o carvão do Centro-Oeste e a Arena em Manaus está nas siderúrgicas do Sudeste

**U**ma roda metálica com cerca de 15 metros de diâmetro gira lentamente no centro do pátio da siderúrgica, recebendo em suas formas o líquido fumegante chamado de ferro gusa. Poucos minutos antes, aquele material era minério de ferro e carvão vegetal. Seriam colocados em uma caldeira, içados por um cabo até uma torre e jogados dentro do forno. Ali, a uma temperatura de 1.400°C, os materiais fundem-se e viram gusa. Enquanto esfria à medida que a roda gira, o líquido se torna uma liga densa e maciça, cheia de impurezas visíveis.

Em Minas Gerais, onde mais da metade do ferro gusa brasileiro é produzido, o erro geralmente está na origem do carvão usado nessa receita. De acordo com um “plano de ação” para adequar as siderúrgicas mineiras elaborado pelo governo estadual, a indústria de ferro gusa “sempre foi alvo de denúncias e um dos setores campeões em número de autuações lavradas pelos órgãos de controle ambiental.” As guseiras, no entanto, são uma etapa intermediária nessa cadeia produtiva. Dali, o material segue para uma aciaria, onde será refinado e moldado para finalmente começar a ter vida útil.

A ligação entre a Arena da Amazônia e as siderúrgicas problemáticas de Minas Gerais está em Piracicaba, no estado de São Paulo. O aço que

sustenta o concreto armado do estádio foi feito lá, em uma das unidades da ArcelorMittal, a maior produtora de aço do mundo. Para fabricá-los, a aciaria compra ferro gusa de uma siderúrgica localizada a 700 quilômetros de distância, na cidade mineira de Sete Lagoas. Esta siderúrgica é a Sidermin. O ferro gusa produzido por esta empresa representa 26% da composição do aço que a ArcelorMittal forneceu à Arena da Amazônia, de acordo com a Declaração Ambiental de Produto apresentada pela aciaria à construtora Andrade Gutierrez.

Durante dez anos, a Sidermin forneceu ferro gusa exclusivamente à ArcelorMittal, especialmente para as fábricas de Juiz de Fora, em Minas Gerais; Piracicaba, em São Paulo; e Cariacica, no Espírito Santo. Em 2003, quando o parque siderúrgico de outra empresa em Sete Lagoas foi leiloado, a ArcelorMittal arrematou a compra. O terreno foi repassado para os atuais donos com a seguinte proposta: uma vez por mês, a siderúrgica forneceria de graça sua produção de um dia, até que a dívida fosse quitada. Assim nasceu a Sidermin. As contas foram acertadas e até hoje as empresas mantêm as relações comerciais, apesar

dos problemas em que a empresa de Sete Lagoas se envolveu.

Em 2011, uma operação do Ibama fez com que a Sidermin ficasse desativada por cerca de seis meses. Dez caminhões carregados de carvão foram confiscados e um dos donos da empresa chegou a ser preso. Era a operação Corcel Negro, resultado de uma investigação que rastreou carvoarias fraudando o sistema eletrônico de monitoramento da madeira e as siderúrgicas que compravam esse carvão. A origem do material que causou a prisão e a ordem de embargo, de acordo a própria empresa, era Goiás.

A Sidermin diz que as acusações jamais foram comprovadas, mas o processo ainda não foi encerrado – espera as alegações finais para o julgamento, que não tem data para acontecer. Em fevereiro de 2014, a fábrica funcionava normalmente. O gerente de produção da siderúrgica, Breno Henrique Moreira, dizia que a burocracia é a maior razão para que o setor não tenha resolvido o problema histórico do carvão ilegal.

“Tem uma fazenda [de eucalipto] da Sidermin que está há quatro anos esperando a licença para eles tocarem. Então eles [governo] cobram muito do lado de lá, que é preciso ser autossuficiente e tal, mas não fazem a parte deles.” reclama o gerente. “Porque, na verdade até o pessoal aqui fala, o guseiro na maioria é tachado de marginal: ‘Ele só quer destruir o meio ambiente, ele só quer prejudicar.’ Mas na verdade não é isso, não. Eles se preocupam muito em resolver, mas não tem apoio.”

Moreira garantiu que todo o carvão consumido ali tinha origem em fazendas de eucalipto dentro da lei. O Ibama discorda. Cinco meses após o nosso encontro, a Sidermin recebeu uma nova ordem de embargo. Desta vez, a empresa foi alvo da operação Metásta-



O ferro gusa líquido é despejado nas  
formas da fábrica da Sidermin, em  
Sete Lagoas

se. Esta operação encontrou pelo menos 89 carvoarias que vendiam produto ilegal à Sidermin e outras 35 siderúrgicas em Minas Gerais. O produto saía inclusive de áreas no extremo nordeste de Goiás e sul de Tocantins, hoje o abrigo de produtores que fugiram de regiões como Nova Crixás.

### Problema conhecido

“É, Vespasiano já pode até dizer que é a capital do estado,” brinca o motorista do táxi. Ele dirige pela estrada MG-010 rumo à Cidade Administrativa, conjunto de prédios futuristas numa região afastada de Belo Horizonte na fronteira com a cidade vizinha de Vespasiano. A nova cidade foi inaugurada há quatro anos para abrigar os escritórios do poder executivo estadual. Em um dos edifícios que toma forma de semicírculo, atrás de grandes portas automáticas de vidro com mais de quatro metros de largura no segundo andar, funciona a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam). É uma das instituições que fiscaliza a produção de metais e o consumo de carvão no estado.

Cinco anos atrás, em 2009, um estudante de mestrado da Universidade Federal de Ouro Preto chamado Antônio Augusto Malard visitou todas as guseiras de Minas Gerais, verificando se o tratamento de resíduos sólidos, emissões de gases e o consumo de carvão vegetal eram feitos dentro da lei. De estagiário na Feam, Malard tornou-se analista ambiental, e do seu trabalho resultou um documento em que a fundação traça seu “plano de ação” para adequar as siderúrgicas mineiras. Em uma sala de reuniões do prédio Minas, hoje Malard comenta a situação do setor siderúrgico no Estado, onde ocorrem autuações periódicas sobre as siderúrgicas – sempre pelo mesmo motivo. “Isso na verdade é o que consegue pegar,

né? Porque por fora... Acho que o principal setor responsável por desmatamento é a siderurgia não-integrada. Porque a siderúrgica integrada já tem estrutura maior, são empresas de maior porte, e elas tem as florestas de eucalipto.” Ao dizer não-integradas, ele se refere a guseiras como a Sidermin. Integradas são aquelas que também produzem aço.

O plano de ação que Malard escreveu propõe reduzir o consumo de carvão vegetal. Isso é possível se o consumo do carvão for mais eficiente, algo que varia de acordo com o tipo de madeira, umidade,

## *ASSIM COMO SIDERMIN, A UNIÃO TAMBÉM FOI EMBARGADA EM 2014*

densidade, teor de cinzas e outras propriedades. O verdadeiro objetivo do gerente de produção é encontrar combustíveis alternativos ao carvão para diminuir a dependência da indústria ao insumo. É o que ele pesquisa para sua tese de doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O ferro gusa é seu foco acadêmico desde que começou a colher dados para sua dissertação em 2009.

“Quando a gente desenvolveu a pesquisa, isso demonstrou até uma fragilidade com relação aos monitoramentos. Porque todas as empresas fazem os monitoramentos exigidos e apresentam resultados dentro dos padrões estabelecidos nas legislações pertinentes – o que é completamente incoerente,” reflete Malard. “Quando você passa na rodovia, você vê que não tem como estar dentro [da legislação]. Então na época a gente até suspeitou, de certa maneira, destes resultados.”

O estádio em Manaus não é

o único que foi feito com aço da ArcelorMittal. A empresa diz ter produzido pelo menos metade do aço necessário para as obras da Copa do Mundo. Os problemas na cadeia de fornecedores que a abastecem também não se resume à Sidermin. Outros fabricantes de ferro gusa em Minas Gerais, multados por recebimento de carvão ilegal, abasteceram unidades da multinacional em Juiz de Fora, Piracicaba e Cariacica nos últimos anos. A Cosimat, da cidade de Matozinhos, e Siderúrgica União, de Divinópolis, foram autuadas durante o período em que as obras da Copa estavam sendo erguidas com o aço da ArcelorMittal.

Assim como a Sidermin, a Siderúrgica União também foi embargada na operação mais recente do Ibama. Ela faz parte do mesmo grupo societário de uma fábrica instalada em Marabá e com extenso histórico de envolvimento com produtores ilegais, a Sidepar. Os fiscais do Ibama dizem que é a empresa mais problemática do pólo de Carajás. Em 2012, a maior libertação de trabalhadores em situação análoga à escravidão no ano aconteceu em carvoarias que forneciam para ela. Agentes do Ministério do Trabalho libertaram 150 pessoas em Novo Repartimento, a 180 quilômetros de Marabá, e concluíram que o carvão era destinado também a outras duas siderúrgicas, Ibérica e Cosipar.

Em nota, a Siderúrgica União declarou que realiza todas as compras de carvão vegetal através do sistema de Documento de Origem Florestal (DOF), monitorado pelo Ibama, de acordo com as leis ambientais. Para ela, as autuações recaíram sobre ações regulares. A empresa diz primar pela regularidade de suas atividades e buscar o desenvolvimento sustentável, e que já apresentou sua defesa ao Ibama.

Toda essa cadeia de materiais




termina na ArcelorMittal, a fornecedora do aço para a Copa do Mundo. Como é signatária do Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo e do Protocolo de Sustentabilidade do Carvão Vegetal, o carvão ilegal na cadeia produtiva contraria as próprias regras da empresa. Em nota, a aciaria declarou que segue padrões de procedimento para cadastrar e qualificar seus “fornecedores críticos”. Ela alega pedir documentos ao fornecedor e uma Gerência de Meio Ambiente da empresa os analisa. No caso de dúvida, uma auditoria aconteceria no local para checar a veracidade das informações. Fornecedores regulares são fiscalizados com prazos de até dois anos de intervalo. De acordo com a empresa, não foram identificadas irregularidades durante as auditorias de 2013.

A ArcelorMittal já havia comprado material da Sidepar no passado. De acordo com a multinacional, em resposta publicada na pesquisa “Combate à Devastação Ambiental e Trabalho Escravo na Produção do Ferro e do Aço” coordenada pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, essa relação teve fim em 2009. No entanto a Siderúrgica União, controlada pelos mesmos quatro sócios – José Celso, Rogério, Renato e Ronaldo, todos da família Valadares Gontijo –, continuou vendendo seu ferro gusa para as fábricas que iriam produzir o aço da Copa do Mundo. Em 2012, a empresa foi multada por receber mais de 17 milhões de metros cúbicos de carvão ilegal. O fornecimento de material entre as duas empresas continuou. Em junho de 2014, a Siderúrgica União recebeu nova ordem de embargo. O aço, resultado final dessa intrincada sucessão de fornecimentos e melhorias industriais, seria levado a Manaus e manejado por milhares de trabalhadores.

Torre do alto-forno, onde são jogados minério de ferro e carvão, na guseira em Sete Lagoas





Homens trabalham na cobertura da Arena da Amazônia, em janeiro de 2014

# OS OPERÁRIOS

Quem instalava o aço na Arena da Amazônia convivia com problemas de segurança

O arquiteto Miguel Capobiango Neto aparece à portaria da obra dirigindo sua caminhonete de quatro portas, deixando a construção da Arena Amazônia. Minutos após as cinco da tarde, o pôr-do-sol tinge de laranja o canteiro e os operários e o rosto de Capobiango quando abre a janela escura de seu carro preto. Ele está de partida para o prédio da Secretaria de Planejamento do governo estadual do Amazonas.

Sem tirar os olhos das ruas de Manaus, entupidas de carros pelo horário e atravessadas a esmo por quem se aventura a pé, Capobiango disserta sobre seu mais novo problema, a falta de vagas em hotéis na cidade para acomodar os visitantes na Copa do Mundo. Uma cooperação com a Secretaria Estadual de Turismo estava sendo costurada para montar um site oficial com informações sobre o setor “não convencional” – albergues e motéis – uma vez que os turistas estrangeiros não encontrariam esses lugares pela internet, ele analisa. O raciocínio é interrompido ao atravessar um viaduto que se eleva acima de árvores e prédios baixos. “Essa aqui é a melhor vista do estádio. Daqui ele fica muito bonito,” diz sorrindo para a grande obra.

Carioca, filho de uma tradicional família da

política amazonense, arquiteto e urbanista, Capobiango se mudou para Manaus em 1987 e ali construiu sua carreira. Trabalhava em um escritório de arquitetura no Rio de Janeiro e veio à cidade para orientar a construção de novos hotéis na capital do Amazonas.

Em 1991, tornou-se subsecretário de Transportes e Obras do estado na gestão de seu tio, Gilberto Mestrinho. Era o segundo mandato de Mestrinho desde seu retorno à política em 1979, elegendando-se pelo PMDB. Em 1994, o sobrinho foi eleito deputado estadual pelo mesmo partido e na Assembleia Legislativa permaneceu até 1999, quando seria novamente chamado à Secretaria Estadual de Transportes e Obras. Hoje, Capobiango é o secretário-geral do partido. Por conveniência ou cansaço, o gestor entregou sua carta-renúncia da UGP Copa a quinze dias do início do torneio e deixou oficialmente o governo estadual. Com o estádio pronto, nenhuma das obras de transporte foi entregue completa e os estádios tiveram sérios problemas de segurança para os operários. Três pessoas morreram na preparação da Arena.

Aos 22 anos em 14 de dezembro de 2013, Marcleudo de Melo Ferreira despencou do alto da cobertura de aço para a segunda morte no estádio de Manaus. A morte aconteceu por volta das quatro horas da madrugada e um detalhe é certo: ele não estava atado à linha de vida, o cabo que iria prender Marcleudo à estrutura quando ele escorregasse. Para que a segurança funcione, o operário precisa usar um cinto que o conecte ao cabo. Se ele estava usando o equipamento ou não, as explicações divergem.

“Ele já foi para o hospital sem o cinto de segurança. A empresa não chamou os órgãos públicos, como o SAMU, então foi chamada uma empresa particular. Quando ele

chegou no hospital, chegou sem o cinto de segurança,” conta o procurador do Trabalho Jorsinei do Nascimento, um dos responsáveis pelo inquérito do acidente e por fiscalizar a segurança de todas as obras da Copa em Manaus.

Em uma manhã de quinta-feira em janeiro, Nascimento mostra revolta com os problemas de segurança nas obras. “A gente sabe que o dinheiro está fluindo facilmente porque tudo que está relacionado à Copa do Mundo tem uma liberação fácil. Então por encontrar uma situação desse jeito [na segurança do trabalho], eu mesmo fiquei estarecido”, dizia o procurador.

Sobre a morte do operário de 22 anos, o procurador podia dizer pouco. “Estamos analisando, verificando se ele estava ou não com o cinto de segurança na parte superior. O fato é que depois que ele chegou no IML é que a empresa teria apresentado o possível cinto de segurança que ele teria utilizado.”

Uma denúncia que veio do sindicato dos operários pode ajudar a explicar o acidente. Cícero Custódio, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil do Estado do Amazonas, o Sintracomec, diz que Marcleudo não teve treinamento para o trabalho em altura. “Aquele menino não tinha o menor preparo, não tinha a menor noção do que estava fazendo. Ele não fez o treinamento para trabalhar em altura,” acusou Custódio na sede do Sintracomec.

Questionados, Procuradoria do Trabalho e UGP Copa não confirmaram se Marcleudo fizera o treinamento antes de ser contratado. Enquanto o procurador Nascimento se limitou a dizer que “está sendo apurado,” a UGP Copa lavou a mãos dizendo que apenas a empresa que contrata o operário é responsável por exigir o treinamento. No caso, uma empresa

terceirizada que prestou serviço à Andrade Gutierrez.

Em todas as interdições de obras da Copa em Manaus havia problemas com trabalhos em altura – em cima de andaimes e coberturas sem equipamento de segurança. A morte Marcleudo em dezembro parecia ter desencadeado uma catarse que gerou mudança de comportamento. A Justiça embargou a obra por quatro dias. Os operários cruzaram os braços por cinco e exigiam o aval de especialistas externos que garantissem que a obra estava segura. A Andrade Gutierrez contratou uma empresa para auditar seus próprios técnicos de segurança e garantir que eles estivessem realmente fiscalizando as normas. O número de profissionais da área de saúde, que eram seis pessoas para atender mais de 2,5 mil trabalhadores, cresceu para mais que o dobro. “Parece que caiu a ficha deles, aí começou a melhorar,” opinou o sindicalista Custódio.

Nove meses antes do segundo acidente, o operário Raimundo Nonato de Lima, de 39 anos, caiu de uma altura de cinco metros e morreu em circunstâncias que até hoje não foram completamente esclarecidas. Era o intervalo de trabalho, também à noite, e Raimundo foi sozinho até outra parte da obra buscar um equipamento para a concretagem que a equipe faria dali a pouco. Por razões até hoje inexplicadas, ele pulou uma cerca de proteção e saiu do caminho definido pelos técnicos de segurança da obra e levou o equipamento por uma laje sem proteção, de onde caiu.

“E ninguém consegue entender, até porque ele foi sozinho, por que ele resolveu passar por onde ele caiu”, justifica Miguel Capobiango. “Não se chegou a uma condição de dizer. Mas ele tomou uma decisão, que ninguém sabe por quê, de não andar pelo local que

oferece proteção. Foi um equívoco, em tese, comportamental. Aparentemente. Agora, ninguém pode aferir se foi isso o que aconteceu, ou se alguém matou ele. Né? Não dá para saber.”

Um equívoco, três. O trajeto que começa com o carvão numa ponta e termina com a estrutura metálica noutra está repleto deles. No começo, é o carvão queimado com madeira ilegal e o trabalho degradante de quem o faz. O desmatamento e a conivência de um órgão do governo com o crime ambiental também são erros. Há quem compre o carvão ilegal, conheça o problema e continue comprando. Existe também a falha de quem fiscaliza as declarações de seus próprios fornecedores. E há erros que resultam na morte de operários no canteiro de obras, onde o aço é manuseado e instalado. Uma sucessão de equívocos que terminam no palco de quatro jogos da Copa Mundo.

Em janeiro, a Arena da Amazônia era o único estádio da Copa onde dois acidentes diferentes haviam sido fatais. As irregularidades persistentes nos canteiros de obra indicavam que poucas lições haviam sido aprendidas com os dois acidentes anteriores.

“Pode acontecer um terceiro, infelizmente,” dizia o procurador do Trabalho Jorsinei do Nascimento. Onze dias depois daquela entrevista, ele veria um novo acidente fatal.

No sambódromo ao lado do estádio, o português Antônio José Pita Martins estava desmontando um guindaste, e uma das peças caiu sobre sua cabeça e tórax. Foi levado ao hospital Doutor João Lucio Pereira Machado, mas não resistiu. Era uma manhã de sexta-feira, 7 de fevereiro, e foi a última morte desta história que começou a quilômetros de distância, no desmatamento da floresta amazônica e do Cerrado ●



Worker

Worker

Worker

Worker

Worker

TEREX

